



EDITAL I DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em atendimento a lei municipal 1.331/2005, torna público que estão abertas as inscrições para processo seletivo destinado para o provimento das seguintes funções públicas: **Agente Comunitário de Saúde – ESF e Agente de combate a Endemias**. As funções serão regidas por contrato administrativo por tempo determinado conforme legislação vigente ou prestação de serviços para as funções relacionados a programas específicos existente no município de Santa Bárbara MG.

1. DAS NORMAS QUE REGEM O PROCESSO SELETIVO:

- 1.1. Este Processo Seletivo reger-se-á pela Legislação em vigor pertinente a cada função.
- 1.2. As funções destinam-se ao cumprimento da Lei Orgânica Municipal e está em conformidade com o art. 37, inciso IX da Constituição Federal; Emenda Constitucional nº 51 e Lei nº 11.350, de 05 de outubro de 2006 e dá outras providências; Lei Municipal n.º 1.106/2000 que institui o regime jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Santa Bárbara; Lei Municipal n.º 1.331/2005 que institui o Plano de Cargos, Carreiras, Vencimentos e Salários dos Servidores Públicos da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara; Lei Municipal n.º 1.325/2005 que Dispõe sobre a contratação de pessoal na Administração Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara; Decreto Municipal n.º 2.575/2013 que Descreve as atribuições de cargos integrantes do quadro efetivo da Administração Pública Municipal e dá outras providências, Lei nº 1.752/2015 que Altera o valor dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias, tendo suas existências vinculadas aos programas específicos aos quais se destinam, ficando extintas na data em que se extinguirem os referidos programas.
- 1.3. O Regime Jurídico aplicável ao presente edital é o estatutário, sendo aplicáveis as normas do Estatuto dos Servidores do Município de Santa Barbara/MG.
- 1.4. Os candidatos classificados serão convocados de acordo com a necessidade da Administração.
- 1.5. Mesmo na hipótese de criação de novo cargo de carreira, eventualmente no futuro, por lei municipal, este processo seletivo não confere qualquer direito de acesso ao candidato aprovado ou classificado e não poderá ser utilizado como mecanismo reivindicatório de qualquer vantagem em concurso público que venha a ser realizado.
- 1.6. Este processo seletivo não permite, em qualquer hipótese, direito do candidato aprovado ou classificado ter acesso ao quadro permanente dos servidores municipais.
- 1.7. A inscrição do candidato no processo seletivo pressupõe a sua aceitação quanto à forma de contratação, bem como as demais condições previstas neste edital, não podendo ser alegada ignorância ou desconhecimento como motivo de reivindicações de direitos adicionais de qualquer espécie, senão aqueles contidos nos termos deste edital.
- 1.8. O prazo para impugnação do presente edital é de 03 (três) dias úteis, contados da data e hora da publicação do mesmo, devendo o requerimento ser protocolizado na Prefeitura Municipal, remetendo-se aos cuidados da Comissão responsável pelo edital nomeada através de Portaria.
- 1.9. Este Processo Seletivo será acompanhado pela Comissão de Processo Seletivo, nomeada através de Portaria específica, que “Constitui Comissão Especial para coordenação e acompanhamento de processos seletivos públicos para provimento de cargos junto a Secretaria de Saúde e dá outras providências”, da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara que ficará responsável de indicar servidor para realização das inscrições dos candidatos, organização de espaço físico para a realização das provas e apoiar logisticamente o Centro Especializado em Políticas Públicas Ltda. – CEPP no que for necessário para o bom e regular andamento do certame, sendo este último quem executará o processo seletivo de acordo com as normas regidas por este Edital.
- 1.10. A divulgação oficial das etapas deste Processo Seletivo será feita através de publicação via internet nos sites: www.cepp.com.br, www.santabarbara.mg.gov.br, no diário oficial do município e no mural da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara.





2. DAS FUNÇÕES, VENCIMENTO, CARGA HORARIA, NÚMERO DE VAGAS, ATRIBUIÇÕES DE CADA FUNÇÃO, REQUISITOS MÍNIMOS DE ESCOLARIDADE E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO.

VENCIMENTO	CARGA HORARIA	Nº VAGAS	Nº RESERVA	CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA INGRESSO	CRITÉRIO DE SELEÇÃO
1. Agente Comunitário de Saúde ESF – São Francisco. ATRIBUIÇÕES: Utilizar os instrumentos para diagnóstico demográfico sócio cultural da comunidade: promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; registrar para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, nascimentos, óbitos, doenças, e outros agravos da saúde; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde: realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família: cadastrar usuários, executar tarefas de preenchimento de formulários, recepção de usuários; organizar e participar de reuniões, promoção, prevenção e atenção à saúde, atividades, controle de arquivo e outros sob a supervisão do Enfermeiro e do Médico da Equipe de ESF Estratégia de Saúde da Família.					
R\$ 1.080,72	40 horas semanais	00	01	- Idade mínima 18 (dezoito) anos; - Residir na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; - Haver concluído o ensino médio.	Prova Escrita
2. Agente Comunitário de Saúde ESF – São Vicente. ATRIBUIÇÕES: Utilizar os instrumentos para diagnóstico demográfico sócio cultural da comunidade: promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; registrar para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, nascimentos, óbitos, doenças, e outros agravos da saúde; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde: realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família: cadastrar usuários, executar tarefas de preenchimento de formulários, recepção de usuários; organizar e participar de reuniões, promoção, prevenção e atenção à saúde, atividades, controle de arquivo e outros sob a supervisão do Enfermeiro e do Médico da Equipe de ESF Estratégia de Saúde da Família.					
R\$ 1.080,72	40 horas semanais	00	01	- Idade mínima 18 (dezoito) anos; - Residir na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; - Haver concluído o ensino médio.	Prova Escrita
3. Agente Comunitário de Saúde ESF – Campestre. ATRIBUIÇÕES: Utilizar os instrumentos para diagnóstico demográfico sócio cultural da comunidade: promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; registrar para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, nascimentos, óbitos, doenças, e outros agravos da saúde; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde: realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família: cadastrar usuários, executar tarefas de preenchimento de formulários, recepção de usuários; organizar e participar de reuniões, promoção, prevenção e atenção à saúde, atividades, controle de arquivo e outros sob a supervisão do Enfermeiro e do Médico da Equipe de ESF Estratégia de Saúde da Família.					





R\$ 1.080,72	40 horas semanais	00	01	- Idade mínima 18 (dezoito) anos; - Residir na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; - Haver concluído o ensino médio.	Prova Escrita
4. Agente Comunitário de Saúde / ESF – Vista Alegre. ATRIBUIÇÕES: Utilizar os instrumentos para diagnóstico demográfico sócio cultural da comunidade: promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; registrar para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, nascimentos, óbitos, doenças, e outros agravos da saúde; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde: realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família: cadastrar usuários, executar tarefas de preenchimento de formulários, recepção de usuários; organizar e participar de reuniões, promoção, prevenção e atenção à saúde, atividades, controle de arquivo e outros sob a supervisão do Enfermeiro e do Médico da Equipe de ESF Estratégia de Saúde da Família.					
R\$ 1.080,72	40 horas semanais	00	01	- Idade mínima 18 (dezoito) anos; - Residir na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; - Haver concluído o ensino médio.	Prova Escrita
5. Agente Comunitário de Saúde / ESF – São Bernardo. ATRIBUIÇÕES: Utilizar os instrumentos para diagnóstico demográfico sócio cultural da comunidade: promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; registrar para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, nascimentos, óbitos, doenças, e outros agravos da saúde; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde: realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família: cadastrar usuários, executar tarefas de preenchimento de formulários, recepção de usuários; organizar e participar de reuniões, promoção, prevenção e atenção à saúde, atividades, controle de arquivo e outros sob a supervisão do Enfermeiro e do Médico da Equipe de ESF Estratégia de Saúde da Família.					
R\$ 1.080,72	40 horas semanais	00	01	- Idade mínima 18 (dezoito) anos; - Residir na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; - Haver concluído o ensino médio.	Prova Escrita
6. Agente Comunitário de Saúde / ESF – Santa Terezinha. ATRIBUIÇÕES: Utilizar os instrumentos para diagnóstico demográfico sócio cultural da comunidade: promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; registrar para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, nascimentos, óbitos, doenças, e outros agravos da saúde; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde: realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família: cadastrar usuários, executar tarefas de preenchimento de formulários, recepção de usuários; organizar e participar de reuniões, promoção, prevenção e atenção à saúde, atividades, controle de arquivo e outros sob a supervisão do Enfermeiro e do Médico da Equipe de ESF Estratégia de Saúde da Família.					





R\$ 1.080,72	40 horas semanais	00	01	- Idade mínima 18 (dezoito) anos; - Residir na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; - Haver concluído o ensino médio.	Prova Escrita
7. Agente Comunitário de Saúde / ESF – Tenente Carlos. ATRIBUIÇÕES: Utilizar os instrumentos para diagnóstico demográfico sócio cultural da comunidade: promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; registrar para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, nascimentos, óbitos, doenças, e outros agravos da saúde; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde: realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família: cadastrar usuários, executar tarefas de preenchimento de formulários, recepção de usuários; organizar e participar de reuniões, promoção, prevenção e atenção à saúde, atividades, controle de arquivo e outros sob a supervisão do Enfermeiro e do Médico da Equipe de ESF Estratégia de Saúde da Família.					
R\$ 1.080,72	40 horas semanais	00	01	- Idade mínima 18 (dezoito) anos; - Residir na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; - Haver concluído o ensino médio.	Prova Escrita
8. Agente Comunitário de Saúde / ESF – Centro. ATRIBUIÇÕES: Utilizar os instrumentos para diagnóstico demográfico sócio cultural da comunidade: promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; registrar para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, nascimentos, óbitos, doenças, e outros agravos da saúde; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde: realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família: cadastrar usuários, executar tarefas de preenchimento de formulários, recepção de usuários; organizar e participar de reuniões, promoção, prevenção e atenção à saúde, atividades, controle de arquivo e outros sob a supervisão do Enfermeiro e do Médico da Equipe de ESF Estratégia de Saúde da Família.					
R\$ 1.080,72	40 horas semanais	00	01	- Idade mínima 18 (dezoito) anos; - Residir na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; - Haver concluído o ensino médio.	Prova Escrita
9. Agente Comunitário de Saúde / ESF – Monte Carlos. ATRIBUIÇÕES: Utilizar os instrumentos para diagnóstico demográfico sócio cultural da comunidade: promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; registrar para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, nascimentos, óbitos, doenças, e outros agravos da saúde; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde: realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família: cadastrar usuários, executar tarefas de preenchimento de formulários, recepção de usuários; organizar e participar de reuniões, promoção, prevenção e atenção à saúde, atividades, controle de arquivo e outros sob a supervisão do Enfermeiro e do Médico da Equipe de ESF Estratégia de Saúde da Família.					





R\$ 1.080,72	40 horas semanais	00	01	- Idade mínima 18 (dezoito) anos; - Residir na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; - Haver concluído o ensino médio.	Prova Escrita
10. Agente Comunitário de Saúde / ESF – Brumal. ATRIBUIÇÕES: Utilizar os instrumentos para diagnóstico demográfico sócio cultural da comunidade: promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; registrar para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, nascimentos, óbitos, doenças, e outros agravos da saúde; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde: realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família: cadastrar usuários, executar tarefas de preenchimento de formulários, recepção de usuários; organizar e participar de reuniões, promoção, prevenção e atenção à saúde, atividades, controle de arquivo e outros sob a supervisão do Enfermeiro e do Médico da Equipe de ESF Estratégia de Saúde da Família.					
R\$ 1.080,72	40 horas semanais	00	01	- Idade mínima 18 (dezoito) anos; - Residir na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; - Haver concluído o ensino médio.	Prova Escrita
11. Agente Comunitário de Saúde / ESF – Barra Feliz. ATRIBUIÇÕES: Utilizar os instrumentos para diagnóstico demográfico sócio cultural da comunidade: promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; registrar para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, nascimentos, óbitos, doenças, e outros agravos da saúde; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde: realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família: cadastrar usuários, executar tarefas de preenchimento de formulários, recepção de usuários; organizar e participar de reuniões, promoção, prevenção e atenção à saúde, atividades, controle de arquivo e outros sob a supervisão do Enfermeiro e do Médico da Equipe de ESF Estratégia de Saúde da Família.					
R\$ 1.080,72	40 horas semanais	00	01	- Idade mínima 18 (dezoito) anos; - Residir na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; - Haver concluído o ensino médio.	Prova Escrita
12. Agente de Combate a Endemias. ATRIBUIÇÕES: O Agente de Controle de Endemias deve desenvolver, sob supervisão, as seguintes atividades, no âmbito da vigilância, prevenção, controle e promoção da saúde: atuar em endemias existentes e/ou a surgir no município, assim como Dengue, Esquistossomose, Leishmaniose, Chagas, Malária, entre outras. Visitar residências, estabelecimentos comerciais, industriais e outros. Vistoriar terrenos baldios. Localizar, eliminar focos e criadouros. Realizar tratamento focal: aplicação de larvicida (organofosforado) em vasos de plantas, pneus, tambores e outros. Realizar tratamento focal em pontos estratégicos. Realizar levantamento de índice (pesquisa larvária). Fazer orientação sobre o mosquito Aedes Aegypti e como evitar a Dengue, em todas as visitas. Preencher formulários. Atualizar mapeamento. Participar de reuniões e treinamentos. Realizar palestras e demais atividades de educação em saúde. Outras atividades inerentes à função em conformidade com as diretrizes do SUS e da gestão de cada ente federado.					





R\$ 1.080,72	40 horas semanais	02		- Idade mínima 18 (dezoito) anos; - Haver concluído o ensino médio.	Prova Escrita
--------------	----------------------	----	--	--	------------------

3. DAS INSCRIÇÕES:

- 3.1. **LOCAL** - As inscrições serão realizadas no período de **20 de março de 2017 a 31 de março de 2017**, na sede da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Bárbara - MG, sito à Rua Padre Lucindo, s/nº, Centro, excetuando sábado e domingo, no horário de 08h00 as 11h00 horas e das 13h00 às 16h00 horas. Devendo o candidato trazer no ato da inscrição a ficha devidamente preenchida.
- 3.2. As inscrições poderão ser feitas pessoalmente na sede da Secretaria Municipal de Saúde ou por procuração pública registrada em cartório.
- 3.3. O encerramento das inscrições ocorrerá às 16h00 do **dia 31 de março de 2017**, não podendo ser efetuada após este horário.
- 3.4. **PARA SE INSCREVER** o candidato terá que atender aos requisitos mínimos que a função exige e ter no mínimo 18 (dezoito) anos.
- 3.5.1. Cópia de comprovante de endereço atualizado, em nome do candidato (a) ou em nome do pai ou mãe, ou esposo (a), e/ou acompanhado de declaração ou contrato de aluguel de imóvel registrado firmado com o proprietário se necessário;
- 3.5.2. Cópia de Documento de Identidade ou outro documento com foto;
- 3.5.3. Cópia de CPF;
- 3.5.4. O candidato poderá se inscrever apenas para uma função.
- 3.6. **NÃO SERÁ COBRADO A TAXA DE INSCRIÇÃO:**
- 3.7. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e não poderá alegar desconhecimento de qualquer natureza.
- 3.8. Escolhida a função na forma do permissivo contido no item 3.9., não será mais possível uma nova mudança.
- 3.9. A Prefeitura Municipal de Santa Barbara poderá se necessário, anular todo e qualquer ato que anteceder à homologação do mesmo, desde que verificada falsidade na documentação apresentada pelo candidato.
- 3.10. O processo de inscrição somente se completará com o correto preenchimento de todos os campos obrigatórios estabelecidos na ficha de inscrição de forma legível e sem rasuras
- 3.11. Falhas, omissões ou inverdades contidas nas informações prestadas pelo candidato, no momento da inscrição, tornarão nula a mesma em qualquer fase da seleção.
- 3.12. Do portador de necessidades especiais:
- 3.12.1. Ao candidato portador de necessidade especial classificado, fica reservado 05% (cinco por cento) do nº total de vagas para cada função, aplicando-se o percentual nas vagas das funções que couber, uma vez que a reserva somente será possível em função que ofereçam, ao menos, uma vaga integral ao deficiente, respeitada as condições de execução do respectiva função.
- 3.12.2. O candidato portador de necessidades especiais deverá entregar Laudo Médico do INSS, comprovando a espécie e o grau ou nível de deficiência de que é portador, indicando, obrigatoriamente, a sua classificação nos termos do Código Internacional de Doenças (CID 10), no ato da inscrição.
- 3.12.3. Somente serão aceitos laudos médicos recentes, emitidos até noventa (90) dias antes da data de publicação deste Edital.
- 3.12.4. Caso o candidato portador de necessidades especiais não apresente o laudo médico até o prazo determinado das inscrições, não será considerado nesta condição para concorrer à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição, passando a constar apenas na classificação final de todos os candidatos.
- 3.12.5. O candidato portador de necessidades especiais deverá informar no ato da inscrição a condição especial acometida para a realização das provas.
- 3.13. O candidato ao preencher a ficha de inscrição fica responsável pelas declarações prestadas.





4. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA TODAS AS FUNÇÕES:

4.1. São requisitos básicos para o ingresso no serviço público municipal:

- a) Ser brasileiro preenchendo os requisitos em Lei, ou estrangeiro na forma da Lei;
- b) Ter, no mínimo, 18 anos de idade completos na data da contratação;
- c) Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- d) Gozar de boa saúde física e mental;
- e) Atender aos requisitos mínimos descritos para a função pública que o candidato pleiteia;
- f) Ter sido aprovado no Processo Seletivo, na forma estabelecida neste Edital;
- g) Possuir, na data da contratação, a escolaridade específica exigida de que trata este Edital;
- h) Preencher as condições e entregar os documentos comprobatórios dentro dos prazos estabelecidos.

5. DA FORMA DE SELEÇÃO:

5.1. DA PROVA ESCRITA

5.1.1. As Provas Escritas serão aplicadas para todos os candidatos inscritos no Edital 002/2017 e será composta de 20 questões objetivas do tipo múltipla escolha, com 05 (cinco) alternativas e com valor de 01 ponto cada questão, **perfazendo um total de 20 pontos.**

5.1.2. O conteúdo programático das Provas Escritas encontra-se no ANEXO I.

5.1.3. A Prova Escrita terá caráter classificatório e eliminatório.

5.1.4. As Provas Escritas serão realizadas no **dia 09 de abril de 2017** e terão início às **9h00min.** O candidato deverá consultar o local de prova pelo site da empresa realizadora do processo seletivo e da prefeitura, que disponibilizará 05 dias antes para consulta.

5.1.5. O candidato deverá comparecer ao local determinado para a realização da Prova Escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido da Carteira de Identidade ou outro documento legal com foto, comprovante de inscrição, caneta esferográfica de cor azul ou preta, lápis e borracha. O portão de entrada será aberto às 8h30min e fechado às 8h50min.

5.1.6. O candidato que não estiver no recinto das provas na data e horário previsto será considerado desistente.

5.1.7. Será necessária a apresentação de cópia do comprovante de inscrição e documento original de identificação com foto.

5.1.8. Será vedado o acesso ao local da realização da Prova Escrita o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o início da prova.

5.1.9. Não haverá segunda chamada para a realização da Prova Escrita, seja qual for o motivo alegado.

5.1.10. O prazo de duração da Prova Escrita será de 2 (duas) horas, somente podendo o candidato entregar a Folha de Respostas após 45 (quarenta e cinco) minutos do início da mesma.

5.1.11. A candidata que tiver necessidade de amamentar, durante a realização da Prova Escrita, deverá levar acompanhante, que ficará em sala reservada e será responsável pela guarda da criança.

5.1.12. Se houver a necessidade de computar ponto em qualquer questão da Prova Escrita por motivo de erro, o benefício será estendido a todos os candidatos.

5.1.13. A Prova Escrita será composta por um Caderno de Questões e a Folha de Respostas.

5.1.14. O CADERNO DE QUESTÕES é o espaço no qual o candidato pode usar todo o seu recurso para chegar à resposta adequada.

5.1.15. A FOLHA DE RESPOSTAS é o documento único e final que será considerado válido para apuração dos pontos alcançados pelo candidato e não será substituído em hipótese nenhuma. A folha de respostas é de única e exclusiva responsabilidade do candidato, não podendo ser amassado e/ou conter rasuras.

5.1.16. A questão, na folha de resposta que apresentar rasura ou assinalada mais de uma vez será considerada nula.

5.1.17. As Provas serão recolhidas no horário previsto de encerramento não podendo ser concedido tempo adicional sob qualquer justificativa.

5.1.18. Ao término da Prova o candidato deverá entregar a folha de resposta e caderno de questões, sendo que os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato





entregue a prova e assine o comprovante de entrega.

5.1.19. A assinatura do candidato será registrada em lista de presença durante a realização da Prova.

5.1.20. Durante a realização da Prova Escrita não será permitido ao candidato, sob pena de anulação da mesma, mediante preenchimento de Termo de Infração:

- a) comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo;
- b) consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar instrumentos próprios, salvo os expressamente permitidos;
- c) emitir opiniões ou promover discussões;
- d) utilizar máquina calculadora, pager, tablet, fones de ouvido, telefone celular e qualquer outro aparelho eletrônico ou similar;
- e) ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais, e na companhia do fiscal;
- f) colocar, na Folha de Respostas, sinal ou expressão que possibilite sua identificação, sem autorização do chefe de sala;
- g) portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento das atividades;
- h) tratar com descortesia qualquer dos examinadores, executores e seus auxiliares, bem como autoridades presentes;
- i) estar acompanhado de pessoas estranhas ao Processo Seletivo nas dependências do local onde for aplicada a prova.

5.1.21. Não será permitida a permanência de candidato que encerrou a prova, de acompanhante de candidato ou de pessoas estranhas nas dependências do local onde estiver sendo aplicada a prova.

5.1.22. Será atribuída nota ZERO ao candidato que não comparecer à prova escrita ou que se recuse em realizar a mesma.

5.1.23. Após a realização da prova o candidato deverá retirar-se do local e não poderá fazer comentários da mesma nas proximidades do local em que estiver sendo realizadas as provas até ao término final.

5.1.24. O gabarito será disponibilizado no site www.cepp.com.br, no primeiro dia útil subsequente a realização das provas escritas.

5.1.25. Serão classificados na prova escrita os candidatos que obtiverem a maior pontuação em ordem decrescente, ficando limitado aos 10 (dez) melhores em relação à função pretendida, sendo automaticamente desclassificados os demais candidatos.

5.2 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL:

5.2.1. A classificação final será feita na ordem decrescente, a partir da pontuação máxima obtida, individualmente, por todos os concorrentes inscritos no Processo Seletivo.

5.3.2. O desempate entre candidatos que obtiverem a mesma nota na classificação final obedecerá ao seguinte critério:

5.2.3 - Possuir maior idade para todas as funções.

6. DA CONTRATAÇÃO:

6.1. A contratação obedecerá à ordem de classificação final dos candidatos no Processo Seletivo, e será realizada de acordo com as necessidades, a existência de vagas e o interesse da Administração Municipal.

6.2. O candidato convocado que não comparecer no prazo determinado pelo setor responsável para a contratação será considerado desistente, sendo convocado o candidato classificado subsequente.

6.3. O Setor de Recursos Humanos convocará os candidatos para comparecerem a Prefeitura Municipal de Santa Bárbara, a fim de manifestarem interesse pela contratação.

6.4. O candidato deverá comunicar ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura a mudança de endereço residencial, sendo de sua inteira responsabilidade fornecê-lo de maneira completa.

6.5. A Prefeitura Municipal de Santa Bárbara não se responsabilizará por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:

- a) endereço desatualizado;
- b) endereço de difícil acesso;





- c) correspondência devolvida pela ECT por razão de fornecimento de endereço errado do candidato;
- d) correspondência recebida por terceiros;
- e) atraso na entrega das correspondências por parte da ECT.

6.6. PARA CONTRATAÇÃO o candidato deverá apresentar **obrigatoriamente** ao setor competente no ato de sua convocação com os seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade Civil;
- b) Certificado de Escolaridade (requisitos mínimos exigidos pela função);
- c) Título de Eleitor ou Certidão fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral, provando estar quite com as obrigações eleitorais;
- d) Certificado de Reservista ou isenção do Serviço Militar se for o caso;
- e) CPF em plena validade;
- f) PIS ou PASEP, se cadastrado;
- g) Certidão de Nascimento, Casamento ou Divórcio;
- h) Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 anos ou Termo de Adoção ou Guarda, conforme o caso;
- i) Duas (02) fotos 3x4 cm recente;
- j) Atestado médico de aptidão física e mental para o exercício da função, submetido pela Junta Médica Municipal conforme legislação vigente;
- k) Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) em nome próprio, ou uma declaração em cartório do titular, e duas testemunhas devidamente comprovadas.
- l) Outros documentos, se necessário, em atendimento a legislação vigente.

6.7. A documentação mencionada no item anterior deverá ser apresentada sob forma de fotocópia autenticada ou xérox com original para identificação no setor competente da Prefeitura.

6.8. O candidato selecionado de acordo com sua classificação, que não apresentar a documentação exigida completa, não será contratado, anulando-se todos os atos ou efeitos decorrentes da inscrição e aprovação no Processo Seletivo Simplificado, podendo a administração convocar o próximo candidato aprovado da lista de classificação final.

7. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO:

7.1. O Processo Seletivo Simplificado, a que se refere este Edital, terá validade por 01 (um) ano, a contar da data de publicação da homologação dos resultados finais, podendo ser prorrogável uma vez, por igual período.

7.2. A prorrogação do presente Edital será por ato do Prefeito.

8. DAS ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES:

8.1. As atribuições serão em conformidade com a legislação municipal vigente e demais legislação específica vigente aplicável à função se necessário.

9. DOS RECURSOS:

9.1. Serão admitidos recursos dirigidos à comissão do processo seletivo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data da publicação, protocolizado pessoalmente ou por procuração pública com registro em cartório, na Secretaria Municipal de Saúde de Santa Bárbara MG, localizada à Rua Padre Lucindo, s/nº, Bairro Centro, das 08h00 à 11h00 e das 14h00 às 16h00 horas.

9.1.1. GABARITO – divulgação do gabarito, devendo a comissão de seleção emitir decisão no prazo de até 48 horas, publicando, esta no site www.santabarbara.mg.gov.br e no mural da Prefeitura e dando ciência ao interessado em igual período.

9.1.2. PROVA ESCRITA - divulgação da lista de classificação final, devendo a comissão de seleção emitir decisão no prazo de até 48 horas, publicando esta no mural da Prefeitura e dando ciência ao interessado em igual período.

9.2. O recurso deverá ser preenchido em formulário constante no ANEXO II contendo: a) nome completo e número de inscrição do candidato; b) indicar para qual função do Processo Seletivo o





candidato inscreveu-se; c) objeto do pedido e exposição detalhada das razões que o motivaram.

9.3. **Não serão aceitos** os pedidos de recursos formulados fora do prazo conforme item 9.1 e de forma inadequada ou que não contenham os elementos indicados anteriormente.

9.4. **Não caberá recurso** decorrente do preenchimento incorreto ou rasura da Folha de Respostas da prova escrita, certificados que não atendam aos requisitos necessários (data, assinatura, carga horária), bem como alegações de desconhecimento das normas do edital.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:

10.1. A inexatidão das informações e irregularidade de documentação, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

10.2. A inscrição e a contratação do candidato importarão no conhecimento das instruções e das normas expressas neste Edital, bem como na aceitação tácita das exigências nele contidas, tais como se acham estabelecidas, sob as penas da lei.

10.3. É de inteira responsabilidade do candidato (a) acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao Processo Seletivo.

10.4. Os procedimentos desse Processo Seletivo obedecerão às normas da Legislação Municipal vigente e ou legislação vigente específica das funções relacionadas a programas.

10.5. O resultado da classificação final será divulgado em até 10 (dez) dias úteis após a realização de todas as etapas, no site www.cepp.com.br e mural da Prefeitura Municipal.

10.6. O prazo para comparecimento do candidato classificado ao setor competente, após sua convocação, será de 02 (dois) dias úteis previstos para a contratação e o não comparecimento caracterizará a sua desistência do processo seletivo em caráter irrevogável, ficando a municipalidade autorizada a proceder à nova convocação, respeitando a lista de classificação do citado processo seletivo.

10.7. A Prefeitura Municipal poderá rescindir o contrato firmado, a qualquer tempo, quando o contratado revelar inaptidão ou inadequação no cumprimento de suas obrigações ou desempenho profissional ou em atendimento de interesse da Administração Municipal.

10.8. É de responsabilidade do candidato à aquisição do Edital, e será disponível nos sites www.cepp.com.br, www.santabarbara.mg.gov.br após sua publicação oficial.

10.9. Os casos omissos neste Edital serão submetidos a exame da Comissão de Processo Seletivo.

Prefeitura Municipal de Santa Bárbara, 24 de fevereiro de 2017.

Leris Felisberto Braga
Prefeito Municipal





ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – PSF

CONHECIMENTOS EM SAÚDE PÚBLICA

Constituição Federal - Seção II - DA SAÚDE - Art. 196 a 200; Sistema Único de Saúde (SUS) - Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências; Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências; Decreto nº 3.189, de 04 de outubro de 1999, dispõe sobre a fixação do exercício do Agente Comunitário de Saúde; Lei nº 11.350 – de 05 de outubro de 2006, Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006 e, Lei nº 12.994, de 17 de junho de 2014, “Altera a Lei nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, para instituir piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias”.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Atribuições e postura profissional do Agente Comunitário de Saúde; Cadastramento familiar e territorial: finalidade e instrumentos; Mapeamento; Diagnóstico comunitário; Micro áreas de risco; Visita domiciliar; Acolhimento e vínculo; Trabalho em equipe; Abordagem comunitária em saúde; Planejamento Familiar; Orientações em saúde bucal; Controle e sinais de alerta na Hipertensão Arterial Sistêmica e Diabetes Mellitus; Prevenção e cuidados nas Doenças Sexualmente Transmissíveis. Atribuições ACS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS SUGERIDAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. O trabalho do agente comunitário de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia prático do agente comunitário de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica – nº 12: Obesidade. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica – nº 13: Controle dos cânceres do colo do útero e da mama. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica – nº 15: Hipertensão arterial sistêmica para o Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica – nº 16: Diabetes Mellitus. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica – nº 17: Saúde Bucal. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica – nº 18: HIV/Aids, hepatites e outras DST. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica.





Cadernos de Atenção Básica – nº 19: Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Unicef. Cadernos de Atenção Básica – nº 20: Carências de Micronutrientes. Bethsáida de Abreu Soares Schmitz. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica – nº 21: Vigilância em Saúde: Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica – nº 23: Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Lei Federal nº 8.069/90 (arts 1º ao 140). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, seção I, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei Federal nº 10.741/03. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, seção I, 3 out. 2003.

BRASIL. Lei Federal nº 11.350/06. Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, seção I, 6 out. 2006.

BRASIL. Lei Federal nº 8.080/90. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, seção I, 19 set. 1990.

BRASIL. Lei Federal nº. Lei nº 12.994, de 17 de junho de 2014, “Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias”.

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

CONHECIMENTOS EM SAÚDE PÚBLICA

Constituição Federal - Seção II - DA SAÚDE - Art. 196 a 200; Sistema Único de Saúde (SUS) - Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências; Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências; Decreto nº. 3.189, de 04 de outubro de 1.989, dispõe fixação do exercício do Agente Comunitário de Saúde; Lei nº 11.350 – de 05 de outubro de 2006, Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006 e, BRASIL. Lei Federal nº. Lei nº 12.994, de 17 de junho de 2014, “Altera a Lei nº 11.350, de 05 de outubro de 2006, para instituir piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias”.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Zoonose e doenças zoonóticas: a) Dengue - Esquistossomose - Febre Amarela - Febre Maculosa - Leptospirose - Larva migrans cutânea (bicho geográfico) – Raiva; b) Modos de transmissão – Sinais indicativos – Prevenção - Agente etiológico – Distribuição da Raiva - Deveres do cidadão e do governo. Vigilância Epidemiológica. Noções básicas de segurança no trabalho e equipamentos de segurança. Bom relacionamento com o pessoal de trabalho e público em geral. Compreensão e entendimento de avisos e recados. Verificação de condições higiênicas e de saneamento básico de quintais e residências. Localização de ruas e quadras em mapa e planta baixa. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social. Indicadores de saúde. Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária. Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de





controle e tratamento. Atribuições ACE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS SUGERIDAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. O trabalho do agente comunitário de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia prático do agente comunitário de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica – nº 12: Obesidade. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica – nº 13: Controle dos cânceres do colo do útero e da mama. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica – nº 15: Hipertensão arterial sistêmica para o Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica – nº 16: Diabetes Mellitus. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica – nº 17: Saúde Bucal. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica – nº 18: HIV/Aids, hepatites e outras DST. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica – nº 19: Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Unicef. Cadernos de Atenção Básica – nº 20: Carências de Micronutrientes. Bethsáida de Abreu Soares Schmitz. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica – nº 21: Vigilância em Saúde: Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica – nº 23: Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- BRASIL. Lei Federal nº 8.069/90 (arts 1º ao 140). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, seção I, 16 jul. 1990.
- BRASIL. Lei Federal nº 10.741/03. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, seção I, 3 out. 2003.
- BRASIL. Lei Federal nº 11.350/06. Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional n.º 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, seção I, 6 out. 2006.
- BRASIL. Lei Federal nº 8.080/90. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, seção I, 19 set. 1990.
- BRASIL. Lei Federal nº 12.994, de 17 de junho de 2014, “Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias”.





ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O PROCESSO SELETIVO 001/2017

DADOS DO (A) CANDIDATO (A):			
Nome completo:			
Função Pretendida			
<input type="checkbox"/> Agente de Comunitário de Saúde São Francisco	<input type="checkbox"/> Agente de Comunitário de Saúde São Vicente	<input type="checkbox"/> Agente de Comunitário de Saúde São Bernardo	
<input type="checkbox"/> Agente de Comunitário de Saúde Campestre	<input type="checkbox"/> Agente de Comunitário de Saúde Vista Alegre	<input type="checkbox"/> Agente de Comunitário de Saúde Santa Terezinha	
<input type="checkbox"/> Agente de Comunitário de Saúde Tenente Carlos	<input type="checkbox"/> Agente de Comunitário de Saúde Centro	<input type="checkbox"/> Agente de Comunitário de Saúde Monte Carlos	
<input type="checkbox"/> Agente de Comunitário de Saúde Brumal	<input type="checkbox"/> Agente de Comunitário de Saúde Barra Feliz	<input type="checkbox"/> Agente de Controle de Endemias	
Endereço:			
Complemento:		Bairro:	
CEP:		Cidade:	UF:
Telefone:		Celular:	
RG:		Data Expedição: / /	Órgão Expedidor:
CPF:		E-mail:	
Data de Nascimento: / /		Cidade, UF e país de nascimento:	
Estado civil:			
PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS:		<input type="checkbox"/> sim – Apresentar Laudo <input type="checkbox"/> não	

Declaro conhecer o Edital Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2017, que normatiza a contratação da função pretendida assinalado acima, em caráter temporário do Município de SANTA BÁRBARA MG e caso eu seja classificado, possuo os requisitos mínimos para o exercício da função, estando ciente que serei desclassificado (a) caso as informações declaradas nesta ficha de inscrição sejam incorretas.

Por ser verdade, firmo a presente.

Santa Barbara, MG em ____ de _____ 2017.

ASSINATURA DO CANDIDATO POR EXTENSO

COMPROVANTE INSCRIÇÃO CANDIDATO–PROCESSO SELETIVO SANTA BARBARA MG – EDITAL 001/2017

NOME DA FUNÇÃO		Nº INSCRIÇÃO	
NOME DO CANDIDATO:			
CPF:			
IDENTIDADE:			
ASS. RESPONSÁVEL:		DATA	___/02/2017
_____ RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO			





ANEXO III

REQUERIMENTO PARA RECURSO PROCESSO SELETIVO - EDITAL 001/2017

À

Comissão do Processo Seletivo Simplificado

Prefeitura Municipal de SANTA BARBARA/MG

Prezados Senhores:

Eu, _____, Candidato (a) Inscrito (a) para a
função de _____, Documento de Identidade nº
_____, CPF: _____ inscrição sob o nº _____, no Processo
Seletivo Simplificado desta Prefeitura, venho através deste, requerer revisão no item marcado abaixo:

() GABARITO/PROVA ESCRITA

() CLASSIFICAÇÃO FINAL

Mencionar o motivo e item de referência contido no Edital:

Motivo: _____
_____.

Item do edital _____.

SANTA BARBARA em ____/____/2017.

Atenciosamente,

Assinatura do candidato por extenso

Telefone para Contato: _____

